



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/União (CACS/União)

Ata da 2ª Reunião de 2023

Data: 06 de dezembro de 2023

Horário: 09h00 às 12h30

Local: Ministério da Educação, Ed. Sede, Sala 604 – também foi viabilizada participação por meio de videoconferência via plataforma Teams.

Membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb da União (CACS/União), de acordo com a Portaria GM/MEC nº 307, de 2 de maio de 2022 e atualizada pelas Portarias MEC 1.038/2022 e 1.575/2023:

1. **Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, Secretária de Educação Básica, Secretária-Executiva Titular do CACS/União.
2. **Marta Wendel Abramo**, Diretora de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica, Secretária-Executiva Suplente do CACS/União.
3. **Antônio Corrêa Neto**, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb e do Salário-Educação, do FNDE, titular.
4. **Leomir Ferreira de Araújo**, Coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação, do FNDE, suplente.
5. **Domingos Sávio Abreu**, Coordenador-Geral de Articulação Intersetorial da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, titular.
6. **Rosemere Gomes Rocha**, Chefe de Projeto II da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, suplente.
7. **Ernesto Carneiro Preciado**, Coordenador-Geral de Análise, Informações e Execuções das Transferências Financeiras Intergovernamentais da STN/MF, titular.
8. **Mariana Marreco Cerqueira**, Coordenadora de Análise, Informações e Execuções das Transferências Financeiras Intergovernamentais da STN/MF, suplente.
9. **Victor Monteiro**, Assessor da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, titular.
10. **Henrique Cunha Pimentel Filho**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, suplente.
11. **Suely Melo de Castro Menezes**, Conselheira da Câmara de Educação Básica do CNE, titular.
12. **Amábile Aparecida Pácios**, Conselheira da Câmara de Educação Básica do CNE, suplente.
13. **Evandro Borges Arantes**, Assessor Jurídico do Consed, titular.

14. **Patrick Tranjan**, Secretário Adjunto de Planejamento e Finanças da Secretaria de Educação do Pará, como membro suplente.
15. **Guelda Cristina de Oliveira Andrade**, Secretária de Assuntos Educacionais da CNTE, titular.
16. **José Valdivino de Moraes**, dirigente nacional da CNTE, suplente.
17. **Vivian Katherine Furh Melcop**, da Undime, titular.
18. **Maria Edineide de Almeida Batista**, da Undime, suplente.
19. **Reginaldo Antônio Valença dos Santos**, Presidente da Confenapais, titular.
20. **Reginaldo Valença Dos Santos Junior**, Diretor Administrativo da Confenapais, suplente.
21. **Clelma dos Santos Pinheiro**, Vice-Presidente da Confenapais pela Região Nordeste, titular.
22. **João Hélio de Farias Moraes Coutinho**, Diretor Financeiro da Confenapais, suplente.
23. **Rozana Fonseca Barroso da Silva**, Presidente da Ubes, titular.
24. **Dandara Pedrita Silva Pereira**, Diretora de Movimentos Sociais da Ubes, suplente.
25. **Marcelo Acácio da Silva**, Diretor de Políticas Institucionais da Ubes, titular.
26. **Luiz Willamy Correia Macedo**, Tesoureiro da Ubes, suplente.
27. **Manoel Humberto Gonzaga Lima**, Presidente Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), titular.
28. **Alelis Izabel de Oliveira Gomes**, Coordenadora Estadual da UNCME Mato Grosso do Sul, como membro suplente;
29. **Ana Lucia Rodrigues**, Vice-Presidente da Uncme para a Região Sul e Presidente do CACS União, titular; e
30. **Jorge Roberto França Fernandes**, Coordenador Estadual da UNCME Rio de Janeiro, como membro suplente.

Ata da Reunião

A 2ª Reunião de 2023 do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb da União (CACS/União) foi iniciada pela Presidente do Conselho, Senhora Ana Lucia Rodrigues, que de forma presencial, que deu boas-vindas a todos e em seguida conferiu o quórum de representação das instituições.

Estiveram presentes os seguintes membros: Ana Lucia Rodrigues (Presidente e titular Uncme 2), Evandro Borges Arantes (Vice-Presidente, titular Consed), Marta Wendel Abramo (suplente SEB e que participou parcialmente em decorrência de outras agendas), Antônio Correa Neto (titular FNDE), Maria Edineide de Almeida (suplente Undime), Manoel Humberto Gonzaga (titular Uncme 1), Victor Monteiro (titular MPO), Rosemere Gomes Rocha (suplente SASE), Reginaldo Valença (titular Confenapais 1), Clelma dos Santos Pinheiro (titular Confenapais 2), Ernesto Carneiro Preciado (titular MF), Guelda Cristina de Oliveira Andrade (titular CNTE), José Valdivino de Moraes (suplente CNTE) e Amábil Aparecida Pácios (suplente CNE).

Também estiveram presentes/participaram da reunião: Valdoir Wathier (SEB/MEC), Mauro Barros (SEB/MEC), Luciana Castro (SEB/MEC) e Geysa Bacelar (Dimam/SEB - acompanhamento por meio virtual).

Registra-se a **ausência** de representantes da **União Brasileira de Estudantes Secundaristas** (UBES – 02 assentos). Sobre esta ausência, a Secretaria Executiva do Conselho informou que recebeu informações da UBES de que, em congresso anual da instituição realizado no segundo semestre de 2022, houve mudanças em toda a diretoria. Informou ainda que ofício da Presidência foi enviado à instituição para que atualizem as representações.

Verificada a existência do **quórum** necessário (**13 representantes**), a Presidente do Colegiado, Ana Lucia Rodrigues, procedeu à leitura dos pontos de pauta para a Reunião:

1. Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 25 de agosto de 2023.
2. Apresentação dos resultados da habilitação dos entes ao recebimento do VAAR 2024.
3. Apresentação sobre execução dos recursos do Fundeb nos anos de 2021, 2022 e 2023
4. Aprovação do regimento interno, incluindo apreciação de alteração proposta pela Presidência.
5. Informes gerais

A Presidente do Conselho, Ana Lucia, saudou a todos os presentes e anunciou os pontos de pauta da reunião para aprovação. Antes, passou a palavra para a representante suplente da SEB, Marta Abramo, que, em nome da Secretária de Educação Básica, deu boas-vindas aos participantes, lembrou que esta é a primeira reunião presencial do Conselho e ainda da importância dos conselhos de acompanhamento e controle social para a melhoria dos investimentos na educação básica.

Aprovados os pontos de pauta, a Presidente Ana Lucia apresentou o primeiro deles, solicitando aprovação da Ata da reunião anterior, realizada no dia 25 de agosto de 2023. A Ata foi aprovada por todos os presentes.

Em seguida passou a palavra ao Coordenador-Geral de Manutenção da Educação Básica, Valdoir Wathier, para apresentação relacionada ao 2º ponto de pauta, acerca dos resultados da habilitação dos entes ao recebimento da complementação VAAR/Fundeb para 2024. Com a palavra, Valdoir explicou que preparou uma síntese sobre o cumprimento das condicionalidades relacionadas à complementação VAAR do Fundeb.

Valdoir compartilhou apresentação de slides com conteúdos relacionados às condicionalidades previstas no âmbito da complementação VAAR Fundeb, explicando a referência de cada uma delas e ainda os indicadores relacionados. Destacou que essa complementação deverá distribuir em 2023 um valor de R\$ 1,68 bilhões, com previsão de aumento incremental até 2026, sendo, portanto, um componente do Fundeb em plena expansão. Por ocasião da fala acerca da condicionalidade IV, em especial quando foi tratada a situação de excepcionalidade do Rio de Janeiro, o Conselheiro Evandro, do Consed, perguntou se irá persistir a vinculação do cumprimento/não cumprimento pelo Estado nas redes municipais. Valdoir explicou que, considerando os normativos atuais e considerando ainda o parecer da Consultoria Jurídica do MEC acerca da matéria, persiste sim.

No último slide, destacou os pontos de atenção: que o distanciamento da pandemia deverá permitir a apuração da condicionalidade III (redução das desigualdades educacionais); que as metodologias tendem a ser mais qualificadas, permitindo uma apuração mais tempestiva, e por fim destacou a importância do engajamento dos Conselhos no acompanhamento e verificação do cumprimento das condicionalidades, fortalecendo o controle social e a efetividade do VAAR.

Finda a apresentação, a palavra foi aberta a perguntas e ponderações dos conselheiros. O Conselheiro Reginaldo, da Confenapais, demonstrou preocupação com a penalidade das redes que não cumprirem as condicionalidades, mas reconhece a importância do rigor em aplicar a lei. Ainda com a palavra, o conselheiro discorreu sobre a importância da condicionalidade da gestão democrática nas escolas, mas alertou que as atribuições dos gestores escolares são muitas e complexas.

Contribuindo ao debate, a Presidente Ana Lucia lembrou da importância do acompanhamento dos Conselhos do Fundeb no atendimento das condicionalidades pelos entes, lembrando que tem surgido denúncias de irregularidades, de que municípios tem inserido documentos que não correspondem à situação real. O Conselheiro suplente da CNTE, José Valdivino, por sua vez, manifestou preocupação com o modelo de conselho, considerando os municípios de pequeno porte, sobretudo com a questão da recondução de conselheiros, vedada pelos normativos atuais. Reforçou ainda a necessidade de formação dos conselheiros. E sugeriu que o CACS Fundeb União analise a questão da recondução. A Conselheira

Gueda, também da CNTE, também demonstrou preocupação com a não possibilidade de recondução ponderando que o conselheiro assume o mandato, quando começa a compreender o processo, já precisa sair. Defendeu também a formação continuada para os gestores, lembrando de um programa do MEC chamado "Escola de Gestores". Sobre a recondução, a Presidente Ana Lucia lembrou que o mandato do Conselho é de 4 anos. Marta Abramo informou que foi instituído um GT para discutir e propor alterações à Lei do Fundeb e que, no âmbito deste GT, chegou uma proposta alterar a lei no sentido de permitir a recondução de parte dos Conselhos de modo a não ter renovação total a cada mudança. A Presidente Ana Lucia completou que procurou a secretaria executiva sobre o GT e a preocupação da UNCME em participar das discussões ou pelo menos ser ouvida como representante oficial dos conselhos da educação, e, informalmente, passou a preocupação e a necessidade das reconduções, e que uma das sugestões seria de uma parte (30%, 40% ou 50%) ter esse direito para dar continuidade nos trabalhos.

Na sequência, a palavra foi passada ao Conselheiro Antônio Correa Neto, do FNDE, para tratar do 3º ponto de pauta, acerca das prestações de contas da aplicação dos recursos do Fundeb nos anos de 2021, 2022 e 2023. A Presidente orientou que as questões e dúvidas fossem colocadas ao final da apresentação. O Conselheiro Antônio compartilhou arquivo com slides que abordaram sobre: a) panorama geral do novo Fundeb; b) atribuições do FNDE no âmbito do Fundeb e c) dados de execução dos recursos Fundeb nos anos de 2021, 2022 e 2023.

A palavra foi disponibilizada aos demais conselheiros para apresentação de dúvidas e questões. O representante da Uncme, Manoel Humberto, solicitou a palavra e reiterou a necessidade de formação para os CACS municipais e ainda com a regularização dos conselhos. Destacou a iniciativa da Uncme neste processo, informando um piloto que será feito em Sergipe no começo de 2024 e o II Seminário Nacional dos CACS Fundeb em Brasília. Antonio, do FNDE, aproveitou para informar que o FNDE está desenvolvendo um curso online voltado à capacitação dos conselheiros. O Conselheiro Valdivino lembrou que o Conselho acompanha apenas a execução do Fundeb e que em sua compreensão deveria acompanhar outros recursos que compõem o MDE, uma vez que o Conselho tem responsabilidade de acompanhar e validar a execução da totalidade de todos os recursos. O Conselheiro Reginaldo, da Confenapais, pediu esclarecimento sobre as "ações suplementares", constante em um slide da apresentação. Em resposta, o representante do FNDE esclareceu que estes "programas suplementares" se referem a outros programas do governo federal vinculados à função educação transferidos a estados e municípios. A Presidente Ana Lucia perguntou sobre as caravanas citadas na exposição do FNDE e também sobre a situação irregular do CACS União no SISCACS. Em resposta, Antônio explicou que as caravanas são organizadas pela Casa Civil da Presidência da República e o FNDE participa. Quanto à irregularidade do CACS União, explicou que é preciso cadastrá-lo no SISCAC e que a SEB, enquanto secretaria executiva do Conselho, pode procurar o FNDE para receber orientações de como efetuar este cadastro. A Presidente então pediu à Secretaria Executiva do Conselho para providenciar junto ao FNDE este cadastro.

Os Conselheiros Antônio Humberto, UNCME, e Evandro Borges, Consed, demonstraram preocupação com o ponto de pauta "Prestação de contas do Fundeb nos anos de 2021, 2022 e 2023". Ponderaram que o conteúdo apresentado não foi uma "prestação de contas" e sim dados relacionados à execução dos recursos do Fundeb. Tiveram a concordância de vários outros conselheiros. O representante do FNDE concordou com o questionamento e explicou que foi uma nomenclatura equivocada na descrição da pauta. Explicou que não cabe ao FNDE realizar a prestação de contas, mas sim aos entes que recebem os recursos do Fundeb e ainda que, a aprovação destas prestações de contas compete aos respectivos CACS subnacionais. Finalizou explicando que a melhor denominação para este ponto de pauta é "apresentação de informações sobre a execução dos recursos do Fundeb em 2021, 2022 e 2023". Obteve concordância do colegiado e a questão foi considerada resolvida.

Na sequência da reunião, a Presidente anunciou o terceiro ponto de pauta, relacionado à apreciação de proposta de alteração ao regimento interno, feita pela própria Presidência do Conselho. Leu e explicou as alterações sugeridas, transcritas abaixo:

Art.5º. Incluir: sendo 2 reuniões presenciais dos membros titulares e 2 virtuais organizadas pela na 1ª reunião do colegiado.

Art.23. A Secretaria-Executiva do CACS/União será exercida pela Secretaria designada pelo Ministério da Educação.

A Gerente de Projetos da SEB, Luciana Castro, que atua na secretaria-executiva do Conselho, alertou para o disposto no Decreto nº 10.655/2021, que em seu artigo 10º prevê reuniões realizadas por meio presencial e virtual, mas que os conselheiros residentes fora do Distrito Federal deverão participar por meio de videoconferência. Explicou que o regimento não pode contrariar o Decreto. A Presidente destacou que a intenção não é contrariar o Decreto, mas na necessidade de alterações, visto que outras já estão sendo feitas. Seguiu discussão sobre o tema e ficou encaminhado que, a proposta de alteração será registrada em Ata e por meio dela e com alteração no Regimento, será formalizada uma consulta à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, para verificar a legalidade de alteração do Decreto visto que o Colegiado aprovou a proposta (com 13 votos favoráveis e apenas 1 voto contrário). A Presidente Ana Lucia colocou a preocupação com a demora da alteração do Decreto que já irá para (1) um ano.

Quanto ao ponto de pauta “informes gerais”, a Presidente Ana Lúcia informou que encontra-se em tramitação no legislativo o Projeto de Lei nº 4.829/2023, que propõe pagamento de jetons aos conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento do Fundeb nas 3 esferas. Sugeriu que os (as) conselheiros(as) acompanhem esta tramitação no legislativo. Lamentou a saída da Conselheira Rosimere da SASE, mas agradeceu, para registro em ata, as passagens e diárias da Secretaria de Articulação, através do diálogo com o secretário Mauricio Holanda, disponibilizadas para esta 1ª Reunião Presencial do CACS/União. Quanto ao calendário de reuniões para 2024, a Presidente sugeriu que sejam realizadas em março, junho, setembro e dezembro, em datas a serem definidas posteriormente. Falou da necessidade da participação do Conselho do CACS Fundeb em eventos e em instituições educacionais e a necessidade da formalização através de ofícios à essas entidades para a inclusão do Conselho e que foi aprovada pelos membros do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Brasília, 06 de dezembro de 2023.

Mauro Lúcio de Barros
Técnico em Assuntos Educacionais
Secretaria-Executiva do CACS Fundeb União
Secretaria de Educação Básica

De acordo,

Ana Lúcia Rodrigues
Presidente do CACS Fundeb União



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Lucio de Barros, Chefe de Projeto II**, em 26/03/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUCIA RODRIGUES, Usuário Externo**, em 26/03/2024, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4611279** e o código CRC **3014E2E4**.

Referência: Processo nº 23123.007563/2020-90

SEI nº 4611279